

culto a um Deus pessoal, está sob a influência dominante do regime comunista – os professores não cessam de repetir aos seus alunos que o único verdadeiro humanismo é o humanismo ateu, concretamente o da ideologia marxista-leninista.

JORGE COUTINHO

KÜNG, Hans, **L'Islam**, coll. «Patri-moines», Les Éditions du Cerf (www.editionsducerf.fr), Paris, 2010, 956 p., 230 x 145, ISBN 978-2-204-08759-9.

Quem tem seguido o percurso teológico de Hans Küng sabe que ele se tem preocupado e ocupado, nos últimos anos, com o diálogo entre as religiões, em estreita ligação com a sua procura de caminhos para uma ética universal. Duas coisas, aliás, que se ligam, por sua vez, intimamente, com a causa da paz no mundo. A presente monografia sobre o Islão insere-se nesta ordem de coisas. Ciente, por outro lado, de que não só o cidadão comum é, em regra um ignorante das coisas religiosas e das religiões em si mesmas, ela pretende oferecer um contributo sério para o conhecimento de uma das que, presentemente, se revelam mais carecidas desse conhecimento, porque mais problemas está colocando à paz entre as religiões, as culturas e as nações: precisamente o Islão. A sua ideia é de que, muito mais que construir novos diques de inimizades, ódios e vinganças, importa abater preconceitos e lançar pontes de diálogo, em atitude de compreensão e respeito mútuos, mais preocupados com o que une do que com o que separa.

O seu extenso estudo encontra-se dividido em cinco partes, versando, sucessivamente, em referência ao Islamismo, sobre: a origem, o centro, a história, os desafios da nossa época e as aberturas para o futuro.

No que toca à origem, aborda duas imagens: a de um Islão hostil e a de um Islão idealizado; e vai no encalço das suas raízes, onde se misturam, no Oriente próximo, diversas grandes religiões, com destaque para os judeus, os cristãos e os judeus cristãos na Arábia onde irromperá a religião de Maomé, com as suas raízes, comuns às três grandes religiões do Livro, em Abraão.

No centro do Islamismo está, precisamente, um livro, assumido como caído do Céu: o Corão. Küng explora e explica a sua mensagem central: não há outro deus além de Deus (intencionalmente, não diz «outro Deus além de Alá»); Maomé é o seu Profeta; o Profeta é um dirigente. Expõe, em seguida, os elementos centrais estruturantes da prática islâmica: a esmola, o jejum e a peregrinação.

Alonga-se mais, como é natural, na análise da história. Expõe sucessivamente sobre o paradigma da comunidade islâmica primitiva, sua expansão, seus esboços de teologia e de direito e sua grande crise de que resulta a divisão em partidos. Segue-se uma análise de vários outros paradigmas de concretização histórica do Islão. O paradigma do império islâmico, com a sua política religiosa imperial, a oposição chiíta, o nascimento do direito islâmico, a tensão para se tornar um império mundial e, finalmente, a sua crise. O paradigma clássico corresponde, exactamente, ao do Islão como religião universal. Küng analisa a emergência da *sunna* como «tradição do Profeta», as quatro escolas de direito, o debate teológico entre revelação e razão e a desintegração do império. Segue-se o paradigma dos *ulemas* (escolas de direitos transformadas em movimentos populares) e dos *sufis* (confrarias místicas), com uma multiplicidade de Estados resultantes da desintegração do império, as sumas teológicas, a ascensão e a queda da filosofia

árabe e a crise do Islão medieval. O último paradigma é o da modernidade. Vêm aqui à análise e reflexão a confrontação com a modernidade europeia; a distribuição do Islamismo por três grandes impérios: mogol, sefévido e otomano; e o desafio do Ocidente ao Islão.

Entre os desafios da nossa época, Hans Küng destaca, primeiro, o da concorrência entre paradigmas divergentes (vias laica, islâmica e socialista). Depois, procura respostas para a questão: Que islão desejam hoje os muçulmanos? Analisa em seguida o conflito do Próximo Oriente. Põe em confronto os métodos do passado e o diálogo sobre Jesus. Analisa questões teológicas de fundo, como são a do monoteísmo confrontado com a Trindade e o regresso à Bíblia. Aborda problemas de exegese escriturística (a literal e a crítica), em suas incidências no Corão, apontando vias de abertura para uma inteligência do Corão no contexto cultural do nosso tempo.

De grande interesse prático são as sugestões de aberturas para o futuro. Assim o que escreve sobre o renovamento islâmico. Mas também, sobre uma grande variedade de pontos concretos, como: o futuro da jurisprudência islâmica; a relação da religião com as mulheres; a relação entre Estado e política, por um lado, e religião islâmica por outro, sem deixar de fora os problemas da laicidade e do laicismo, da violência e da «guerra santa»; a problemática económica. A terminar, em modo de epílogo, H. Küng procura, entre realismo (pessimista) e idealismo (optimista), pensar como possível, no futuro da religião corânica, a passagem de uma imagem hostil a uma imagem de esperança. Na condição, sempre, de – tal como aconteceu com o cristianismo – admitir a passagem de uma religião fechada à instância crítica da razão a uma religião esclarecida.

JORGE COUTINHO

GUSMÁN NANZANO, I., **Fe y razón en Juan Duns Escoto**, Ed. bilingüe e versión española del Prólogo por Juan ORTÍN GARCÍA, Ed. FRANCISCO MARTÍNEZ FRESNEDA, «Serie Mayor» 50, Instituto Teológico de Murcia OFM / Editorial Espigas (franciscanosofm.es), Murcia, 2009, 284 p., 240 x 170, ISBN 978-84-86042-71-4.

A procura da justa relação entre fé e razão constitui uma das tarefas nucleares da teologia fundamental. Tarefa com as suas subtilidades, ela tem sido recorrente no pensamento cristão desde os primeiros tempos da Patrística até aos nossos dias, em que, por um lado, o pluralismo religioso alimenta em alguns a ideia de que todas as religiões são vias de salvação igualmente válidas e, por outro, uma nova mentalidade pagã com variadas formas de racionalismo e naturalismo volta a marcar presença activa e combativa.

J. Duns Escoto versou esta problemática especialmente no Prólogo do seu Comentário ao *Livro das Sentenças*. A sua tese de fundo é que, não obstante, em filosofia e em teologia, ou na base da razão e na da Revelação servida pela razão, se tratar de caminhos diferentes na busca de uma mesma verdade última sobre múltiplas coisas, a capacidade da filosofia, mesmo enquanto metafísica, tem limites que a Revelação supera, tornando-se esta, como também, afirmava S. Tomás, um benefício para a razão, sem, com isso, deixar de ser ela mesma razoável, antes pelo contrário. E não só benefício, mas necessidade, já que, sem ela, não é possível ao homem conhecer, em maior profundidade e verdade, coisas como a natureza de Deus, a natureza do homem e o seu fim próprio, bem como os meios para o alcançar. Assim Escoto desenvol-